

# Câmara adia votação do PL das Fake News para evitar derrota do governo

No início da sessão, o relator do projeto de lei, deputado Orlando Silva (PC do B-SP), pediu a retirada de pauta do texto

**B**rasília, DF - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adiou, nesta terça (2), a votação do PL das Fake News, numa tentativa de evitar a primeira derrota da articulação política do presidente Lula (PT).

No início da sessão, o relator do PL das Fake News, deputado Orlando Silva (PC do B-SP), pediu a retirada de pauta do texto, sob argumento de que recebeu várias propostas para serem incluídas no documento.

Lira, em resposta, disse que queria ouvir os líderes partidários e pediu a eles que opinassem sobre o pedido do relator. Líder do PP na Câmara, André Fufuca (MA) concordou com a retirada de pauta.

Líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ), se manifestou de forma divergente e cobrou que o texto fosse votado nesta terça, ou que já tivesse outra data para a votação. A bancada do Novo também pediu que a proposta fosse apreciada nesta sessão.

Lira, no entanto, acatou o

pedido da maioria dos partidos e decidiu retirar o projeto de pauta. "O pedido do relator para mim já é suficiente", disse. Cobrado por deputados da oposição sobre uma nova data, Lira se recusou a marcar nova votação.

Mais cedo, o presidente da Câmara já havia sinalizado que, se não houvesse apoio suficiente, postergaria a votação.

O adiamento ocorre após pressão das chamadas big techs, da bancada evangélica e do bolsonarismo, que apelidaram o texto de "PL da Censura". Questionado sobre se o adiamento poderia enterrar a proposta, Lira negou. "O que enterra é a derrota. A derrota enterra", declarou.

A urgência da proposta foi aprovada na última terça (25) por 238 votos a favor e 192 contrários. Acordo feito por líderes partidários previa a votação do mérito nesta terça. Ao longo da semana, no entanto, o projeto começou a enfrentar resistência crescente.

Para tentar contornar os entraves, o relator do PL amenizou o texto. Ele incluiu dispositivo



Votação do PL foi adiada pelo presidente da Casa, Arthur Lira

para tentar assegurar que conteúdos postados por esses religiosos e seus fiéis não fossem derrubados por plataformas por serem considerados ofensivos à população LGBTQIA+.

A mudança foi insuficiente para apacuar a resistência dos evangélicos. Para aprovar o texto, Orlando Silva também retirou a previsão de uma agência reguladora, entidade que a oposição vinha apelidando de Ministério da Verdade. Deputados viam risco de interferência ideológica na agência, com a retirada de conteúdos de opositores.

Mesmo após as mudan-

ças, muitas bancadas ainda se mostravam divididas sobre a votação do texto, caso do PSD, do MDB e do Podemos. Além da resistência no Congresso, o projeto também tem sido bombardeado pelas big techs.

O texto em discussão traz, entre outros pontos, uma série de obrigações às plataformas de redes sociais e aplicativos de mensagem, como a moderação de conteúdo.

O relatório estipula ainda que a imunidade parlamentar material prevista na Constituição se estende às redes sociais. Além disso, determina que contas de presidentes, gover-

**PRESSÃO**  
Big techs, bancada evangélica e bolsonaristas criticam PL

nadores, prefeitos, ministros, secretários e outros cargos são consideradas de interesse público. A partir disso, proíbe que os detentores restrinjam a visualização de suas publicações por outros usuários.

Para as redes sociais há obrigações, por exemplo, de produção de relatórios de transparência e de identificação de todos os conteúdos impulsionados e publicitários.

Segundo o texto, as decisões judiciais que determinem a remoção imediata de conteúdo ilícito relacionado à prática de crimes referidos na lei deverão ser cumpridas pelas empresas em até 24 horas, sob pena de multa entre R\$ 50 mil e R\$ 1 milhão por hora de descumprimento.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

**Seção:** Brasil **Página:** 10